



Pinheiros – Interligação Elétrica

Pinheiros S.A.

Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

ÍNDICE

Desempenho econômico financeiro.....	3
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado do exercício.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	
1. Contexto operacional.....	11
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	12
3. Principais práticas contábeis.....	13
4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas.....	21
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	22
6. Aplicações financeiras.....	22
7. Caixa restrito.....	23
8. Ativo de concessão.....	23
9. Tributos e contribuições a compensar.....	24
10. Imobilizado.....	25
11. Intangível.....	25
12. Empréstimos e financiamentos.....	27
13. Tributos e encargos sociais a recolher.....	29
14. Encargos regulatórios a recolher.....	29
15. Obrigações trabalhistas.....	29
16. Provisões.....	30
17. PIS e COFINS diferidos.....	30
18. Patrimônio líquido.....	30
19. Receita operacional líquida.....	32
20. Custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas.....	34
21. Resultado financeiro.....	35
22. Imposto de renda e contribuição social.....	35
23. Transações com partes relacionadas.....	36
24. Instrumentos financeiros.....	37
25. Seguros.....	39
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.....	40

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Desempenho econômico financeiro

(Em milhares de reais)

Análise do resultado do exercício de 2018 em comparação com o exercício de 2017:

O exercício de 2018 apresentou um acréscimo no lucro líquido de 30,8% atingindo um total de R\$51.453 em comparação ao do ano anterior com R\$39.341 mil.

A **receita operacional líquida** teve aumento de 11,9% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2018	A.V. %	2017	A.V. %	% Variação 2018/2017
Receita de implementação da infraestrutura	1.403	2,2	2.421	4,2	(42,0)
Operação e Manutenção	9.703	15,0	9.016	15,6	7,6
Remuneração dos ativos de concessão	55.632	86,1	50.963	88,2	9,2
Tributos sobre a receita	50	0,1	(2.238)	(3,9)	(102,2)
Encargos Regulatórios	(2.141)	(3,3)	(2.404)	(4,2)	(10,9)
Receita operacional líquida	64.647	100	57.758	100	11,9

- (i) As **receitas de infraestrutura** totalizaram R\$1.403 mil em 2018, comparada com R\$2.421 mil em 2017, devido à entrada em operação do projeto SE Piratininga II em setembro de 2017.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$9.703 mil em 2018, comparada com R\$9.016 mil em 2017, devido a: (i) superávit no valor de R\$4.930 mil; (ii) parcela de ajuste negativa no valor de R\$4.279 mil.
- (iii) A **remuneração dos ativos de concessão** somou R\$66.310 mil em 2018, aumento de 30,1% em relação a 2017 refletindo principalmente o reconhecimento mensal do efeito inflacionário no montante de R\$11.808 mil e a atualização do IPCA pelo ajuste de ciclo da RAP 2018/2019 no valor de R\$3.620 mil.

A adoção do CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente, gerou um impacto negativo de R\$10.678 mil no ano, em decorrência da variação da taxa de desconto utilizada uma vez que a Administração da Companhia adotou a taxa que precifica o componente financeiro, e anteriormente utilizava uma taxa efetiva de juros (TEJ).

- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$2.091 mil em 2018 e R\$4.642 mil em 2017, principalmente devido à revisão das alíquotas dos tributos de PIS e COFINS diferidos conforme a expectativa de realização no montante de R\$2.564 mil e adoção do CPC 47 no montante de R\$390 mil.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, tiveram queda de 25,3%, com R\$6.704 em 2018 frente aos R\$8.972 mil em 2017.

Os **custos de implementação da infraestrutura** estão em linha com a variação da receita de infraestrutura, com concentração em materiais devido à conclusão da Subestação Piratininga II em 2018.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Desempenho econômico financeiro

(Em milhares de reais)

	Custos de implementação da infraestrutura	
	2018	2017
Pessoal	(9)	(381)
Serviços de terceiros	(817)	(1)
Materiais	(525)	(1.949)
	(1.351)	(2.331)

A redução nos **custos de operação e manutenção** ocorreu principalmente em (i) serviços de terceiros devido à variação de custos em manutenções de linhas de transmissão e subestações e alteração do contrato de segurança patrimonial; (ii) pessoal, otimização de quadro de colaboradores em função do compartilhamento de pessoas com o grupo ISA CTEEP.

	Custos de O&M	
	2018	2017
Pessoal	(2.634)	(2.997)
Serviços de terceiros	(2.383)	(3.056)
Materiais	(171)	(358)
Arrendamentos e aluguéis	(132)	(202)
Outros	(33)	(28)
	(5.353)	(6.641)

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R\$1.977 mil em 2018 comparada com R\$1.912 mil em 2017, não apresentando variação significativa.

O **resultado financeiro** teve variação de 19,0% totalizando despesa de R\$4.205 mil em 2018 contra R\$5.193 mil em 2017, devido, principalmente a redução dos juros sobre empréstimos. Saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$60.817 mil (R\$76.768 mil em 31 de dezembro de 2017).

O **imposto de renda e a contribuição social** apresentaram redução de 88,6% totalizando R\$254 em 2018 comparado com R\$2.226 mil em 2017, principalmente devido à revisão das alíquotas dos tributos de IRPJ e CSSL diferidos conforme a expectativa de realização dos mesmos com impacto de R\$2.145 mil e impostos diferidos sobre a adoção do CPC 47 no montante de R\$329 mil (nota 3.18).

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.982	2.251
Aplicações financeiras	6	4.095	870
Ativo de concessão - financeiro	8	2.206	53.815
Ativo de concessão - contratual	8	47.327	-
Estoques		1.120	1.155
Tributos e contribuições a compensar	9	215	215
Outros		656	677
		57.601	58.983
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	5.704	6.008
Ativo de concessão - financeiro	8	99	558.140
Ativo de concessão - contratual	8	543.184	-
Estoques		2.307	2.287
		551.294	566.435
Imobilizado	10	46	47
Intangível	11	265	522
		311	569
		551.605	567.004
Total do ativo		609.206	625.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	20.372	21.663
Fornecedores		1.090	1.201
Tributos e encargos sociais a recolher	13	639	857
Encargos regulatórios a recolher	14	329	34
Obrigações trabalhistas	15	-	433
Outros		1.842	1.764
		24.272	25.952
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	12	40.445	55.105
PIS e COFINS diferidos	17	21.554	24.701
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (b)	18.207	20.843
Encargos regulatórios a recolher	14	763	1.262
		80.969	101.911
Patrimônio líquido			
Capital social	18 (a)	300.910	300.910
Reservas de lucro	18 (c)	203.055	197.214
		503.965	498.124
Total do passivo e do patrimônio líquido		609.206	625.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	19.1	64.647	57.758
Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	20	(6.704)	(8.972)
Lucro bruto		57.943	48.786
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(1.977)	(1.912)
Honorários da administração	20 e 23	(47)	(57)
Outras despesas operacionais, líquidas		(7)	(57)
		(2.031)	(2.026)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		55.912	46.760
Receitas financeiras	21	885	1.065
Despesas financeiras	21	(5.090)	(6.258)
		(4.205)	(5.193)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		51.707	41.567
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22	(2.229)	(2.146)
Diferido	22	1.975	(80)
		(254)	(2.226)
Lucro líquido do exercício		51.453	39.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	<u>51.453</u>	<u>39.341</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>51.453</u>	<u>39.341</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendo não distribuído	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar		
Em 31 de dezembro de 2016		300.910	9.794	30.519	91.356	48.205	-	480.784
Lucro líquido do exercício							39.341	39.341
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	18 (b)	-	1.967	-	-	-	(1.967)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	14.391	-	(14.391)	-
Constituição da reserva especial de lucros a realizar, líquida	18 (b)	-	-	-	-	13.137	(13.137)	-
Dividendos intermediários	18 (b)	-	-	(12.155)	-	-	(9.846)	(22.001)
Em 31 de dezembro de 2017		300.910	11.761	18.364	105.747	61.342	-	498.124
Adoção do CPC 47, com efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	-	(20.013)	(20.013)
Realização de reservas de lucros, adoção do CPC 47		-	-	-	(20.013)	-	20.013	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	51.453	51.453
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	18 (b)	-	2.573	-	-	-	(2.573)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	36.660	-	(36.660)	-
Constituição da reserva especial de dividendo não distribuído	18 (b)	-	-	4.985	-	-	(4.985)	-
Reversão da reserva especial de lucros a realizar	18 (b)	-	-	-	61.342	(61.342)	-	-
Dividendos intermediários	18 (b)	-	-	(18.364)	-	-	(7.235)	(25.599)
Em 31 de dezembro de 2018		300.910	14.334	4.985	183.736	-	-	503.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.453	39.341
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (notas 10 e 11)	258	257
PIS e COFINS diferidos	(2.364)	95
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.975)	80
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	4.950	6.107
	<u>52.322</u>	<u>45.880</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	304	(245)
Ativo de concessão – financeiro	3.169	(4.659)
Ativo de concessão - contratual	(5.487)	-
Estoques	15	1.450
Tributos e contribuições a compensar	-	56
Despesas pagas antecipadamente	-	188
Outros	21	864
	<u>(1.978)</u>	<u>(2.346)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(111)	99
Tributos e encargos sociais a recolher	(218)	163
Encargos regulatórios a recolher	(248)	196
Obrigações trabalhistas	(433)	21
Outros	78	6
	<u>(932)</u>	<u>485</u>
Caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>49.412</u>	<u>44.019</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(3.225)	(1)
Imobilizado (nota 10)	-	(42)
Intangível (nota 11)	-	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(3.225)</u>	<u>(52)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 12)	(14.760)	(14.760)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 12)	(6.097)	(6.986)
Dividendos pagos	(25.599)	(22.001)
Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	<u>(46.456)</u>	<u>(43.747)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(269)</u>	<u>220</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.251	2.031
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.982</u>	<u>2.251</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>(269)</u>	<u>220</u>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$946 (R\$3.835 em 2017).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, controladora), constituída em 22 de julho de 2008, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provimento de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme Contratos de Concessão.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
012/2008	30	15.10.38	5 anos	2019	IPCA	10.749	06/18
015/2008	30	15.10.38	5 anos	2019	IPCA	34.823	06/18
018/2008	30	15.10.38	5 anos	2019	IPCA	6.061	06/18
021/2011	30	09.12.41	5 anos	2022	IPCA	2.344	06/18

Contrato nº 012/2008

Subestação Piratininga II, em 345/138/88 kV 1200 MVA e Linha de transmissão (LT) em 345 kV, circuitos duplos, com extensão aproximada de 1,5 km, com origem na Subestação Interlagos e término na Subestação Piratininga II, que entrou em operação comercial no dia 26 de dezembro de 2011.

Contrato nº 015/2008

Subestações Mirassol II, Getulina e Araras, em 440/138 kV. As obras pertencentes ao Contrato de Concessão nº 015/2008 foram concluídas e iniciaram as suas operações comerciais como segue (a) Subestação Araras 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 5 de setembro de 2010; (b) Subestação Getulina 440/138 kV com potência instalada de 300 MVA e demais instalações associadas, em 10 de março de 2011; e (c) Subestação Mirassol II 440/138 kV com potência instalada de 900 MVA e demais instalações associadas, em 17 de abril de 2011.

Contrato nº 018/2008

Subestação Atibaia II, em 345/138 kV 300 MVA. As obras da Subestação Atibaia II, entraram em operação comercial no dia 8 de janeiro de 2013.

Contrato nº 021/2011

Subestação Itapeti em 345/138/88 kV 600 MVA. As obras da Subestação Itapeti entraram em operação comercial no dia 09 de agosto de 2013.

Todos os Contratos de Concessão preveem o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL, estes valores estão contemplados no ativo contratual.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2019.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.4 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditou as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2019.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as práticas contábeis da Companhia relacionadas ao efeito da aplicação inicial do CPC 47, e estão descritas na nota 3.7 e 3.18.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2014.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 01.01.2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Conforme CPC 47, a entidade deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2018 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.7 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo de Concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,6% e 8,4%; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo, através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, classificados como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “Impostos Diferidos” no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.12 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.18 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes**

Na adoção do CPC 47, a Companhia aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Ativo de Concessão de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava R\$606.480 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$590.511. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$20.013 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da adoção do CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

	Impacto na adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018
Lucros acumulados	
Ativo contratual	(21.457)
Impostos diferidos	1.444
Impacto em 1º de janeiro de 2018	(20.013)

A adoção do CPC 47 e 48 gerou impacto no balanço patrimonial e demonstração de resultado da Companhia demonstrado a seguir:

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balço patrimonial	Antes dos efeitos 31.12.2018	Impactos da adoção CPC 47 e 48	Apresentado 31.12.2018
Ativo			
Ativo de concessão - contratual	-	590.511	590.511
Ativo de concessão - financeiro	624.952	(622.646)	2.305
Ativos não impactados	16.390	-	16.390
Total do ativo	641.342	(32.136)	609.206
Passivo			
Passivos não impactados	65.480	-	65.480
Impostos diferidos	41.924	(2.163)	39.761
Total do passivo	107.404	(2.163)	105.241
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	171.615	(20.013)	151.602
Lucro líquido	61.413	(9.960)	51.453
Itens não impactados	300.910	-	300.910
Total do patrimônio líquido	533.938	(29.973)	503.965
Total do passivo e patrimônio líquido	641.342	(32.136)	609.206
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	74.936	(10.289)	64.647
Outros	(12.940)	-	(12.940)
IR e CS	(583)	329	(254)
Lucro líquido do exercício	61.413	(9.960)	51.453

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As normas e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC são:

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Pronunciamentos que passarão a vigorar a partir do exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC nº 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil – Deliberação CVM nº 787 em 21 de dezembro de 2017

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos		302	450
Equivalentes de caixa			
Compromissada (a)	95,0% a 97,0%	<u>1.680</u>	<u>1.801</u>
		<u>1.982</u>	<u>2.251</u>

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 24 (c).

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na CETIP.

6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimentos	100,0%	<u>4.095</u>	<u>870</u>
		<u>4.095</u>	<u>870</u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente para controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O referido fundo de investimentos possui liquidez diária, prontamente conversível em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado à composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. A carteira é composta por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou da taxa SELIC.

7 Caixa Restrito

O saldo de caixa restrito R\$5.704 (R\$6.008 em 2017), refere-se a conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Companhia deverá manter conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela do principal e juros (nota 12). No caso do ICSD inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida.

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos no contrato de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

8 Ativo de concessão

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo financeiro		
Implementação da infraestrutura (a)	-	606.480
Serviços de O&M (b)	<u>2.305</u>	<u>5.475</u>
	2.305	611.955
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	<u>590.511</u>	-
	592.816	611.955
Circulante	<u>49.533</u>	<u>53.815</u>
Não circulante	<u>543.283</u>	<u>558.140</u>

(a) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, conforme descrito na nota 3.7. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

(b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

O ativo de concessão está assim distribuído por vencimento:

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	592.696	611.851
Vencidos		
até 30 dias	17	1
de 31 a 60 dias	-	-
de 61 a 360 dias	4	11
há mais de 361 dias	99	92
	<u>121</u>	<u>104</u>
	<u>592.816</u>	<u>611.955</u>

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Movimentação do ativo de concessão:

Saldos em 2016	<u>607.296</u>
Receita de implementação da infraestrutura (nota 19.1)	2.421
Remuneração dos ativos da concessão (nota 19.1)	50.963
Receita de operação e manutenção (nota 19.1)	9.016
Recebimentos	<u>(57.741)</u>
Saldos em 2017	<u>611.955</u>
Receita de implementação da infraestrutura (nota 19.1)	1.403
Remuneração dos ativos da concessão (nota 19.1)	66.310
Receita de operação e manutenção (nota 19.1)	9.703
Adoção CPC 47 (nota 3.18)	(32.136)
Recebimentos	<u>(64.419)</u>
Saldos em 2018	<u>592.816</u>

9 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda a recuperar	50	50
Contribuição social a recuperar	16	16
ICMS a recuperar	149	149
	<u>215</u>	<u>215</u>

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	2018		2017		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		-%
Equipamentos de Informática	7	(3)	4	5	16,67%
Imobilizado em curso – equipamentos de informática	42	-	42	42	
	<u>49</u>	<u>(3)</u>	<u>46</u>	<u>47</u>	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Saldos em 2016	Adições	Depreciação	Saldos em 2017
Equipamentos de Informática	6	-	(1)	5
Imobilizado em curso – equipamentos de informática	-	42	-	42
	<u>6</u>	<u>42</u>	<u>(1)</u>	<u>47</u>
	Saldos em 2017	Adições	Depreciação	Saldos em 2018
Equipamentos de Informática	5	-	(1)	4
Imobilizado em curso – equipamentos de informática	42	-	-	42
	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>46</u>

11 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

Movimentação do intangível:

Saldo em 2016	<u>769</u>
Baixas	9
Amortização	<u>(256)</u>
Saldo em 2017	<u>522</u>

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Amortização	<u>(257)</u>
Saldo em 2018	<u>265</u>

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

<u>Contrato</u>	<u>Valor da captação</u>	<u>Data início</u>	<u>Encargos</u>	<u>TIR a.a.</u>	<u>Data Final</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>Indicador financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BNDES										
Contrato 13.2.0650.1	23.498	13.08.2013	TJLP + 2,06% a.a.	8,90%	15.02.2028	Financiar os Projetos dos Lotes E, H e K do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	5.015	5.526
			3,50% a.a.	3,80%	15.04.2023				7.847	9.660
Contrato 10.2.2034.1	119.886	30.12.2010	TJLP + 2,62% a.a.	9,40%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote K do Leilão 004/2011	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	27.020	30.589
			5,50% a.a.	5,80%	15.01.2021				20.935	30.993
Total									60.817	76.768
Circulante									20.372	21.663
Não circulante									40.445	55.105

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O montante de custos incorridos nas operações totaliza R\$963. O saldo de custos a serem apropriados, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$347.

Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

Os contratos de BNDES possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2018, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	14.660
2020	14.660	14.660
2021	6.380	6.380
2022	5.627	5.627
2023	4.438	4.438
2024	3.843	3.843
2025 a 2028	<u>5.497</u>	<u>5.497</u>
	<u>40.445</u>	<u>55.105</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldos em 2016	<u>92.484</u>
Pagamentos de principal	(14.760)
Pagamentos de juros	(6.986)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>6.030</u>
Saldos em 2017	<u>76.768</u>
Pagamentos de principal	(14.760)
Pagamentos de juros	(6.097)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>4.906</u>
Saldos em 2018	<u>60.817</u>

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda	272	325
Contribuição social	167	189
COFINS	134	162
PIS	29	35
INSS	16	21
ISS	2	19
Imposto de renda retido na fonte	3	47
FGTS	-	28
Outros	16	31
	<u>639</u>	<u>857</u>

14 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	1.092	1.023
Reserva Global de Reversão – RGR	-	273
	<u>1.092</u>	<u>1.296</u>
Circulante	<u>329</u>	<u>34</u>
Não circulante	<u>763</u>	<u>1.262</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

15 Obrigações trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias, 13º e encargos sociais	-	301
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	132
Circulante	<u>-</u>	<u>433</u>

Em 2018 a Companhia assinou contrato de compartilhamento de despesas de pessoal que implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados com a controladora CTEEP, e são registradas em outros passivos – partes relacionadas (nota 23).

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2018, não há demandas judiciais com probabilidade de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui cinco ações de natureza trabalhista, tributária e cível envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$674 (R\$302 em 2017).

17 PIS e COFINS diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS diferido	3.838	4.399
COFINS diferido	<u>17.716</u>	<u>20.302</u>
	<u>21.554</u>	<u>24.701</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2018 e 2017 é de 300.910.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2018 e 2017 totaliza R\$300.910, está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

Em 08 de junho de 2017, a Companhia efetuou pagamento dos dividendos aos acionistas no montante de R\$12.001, sendo R\$8.001 correspondentes a R\$0,026385 e R\$4.000 correspondentes a R\$0,013193 por ação ordinária. Os respectivos dividendos foram originados da reserva especial de dividendos não distribuídos, constituída em exercícios anteriores.

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$10.000, correspondente a R\$0,033233 por ação ordinária, sendo R\$9.846 mil correspondente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2017 e R\$154 mil originado da reserva especial de dividendos não distribuídos, constituída em exercícios anteriores.

Os respectivos dividendos foram originados da reserva especial de dividendos não distribuídos, constituído no exercício de 2016.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 29 de junho de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$15.800, originado da reserva especial de dividendos não distribuídos constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$9.799, sendo R\$2.564 originado da reserva especial de dividendos não distribuídos constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$7.235 como dividendos intermediários do exercício de 2018, a serem imputados como dividendo obrigatório, correspondentes a R\$0,032568 por ação ordinária.

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	51.453	39.341
Constituição da reserva legal	(2.573)	(1.967)
	<u>48.880</u>	<u>37.374</u>
Dividendos intermediários pagos	(7.235)	(9.846)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(36.660)	(14.391)
Constituição da reserva especial de dividendo não distribuído	(4.985)	-
Constituição da reserva especial de lucros a realizar, líquida	-	(13.137)
	<u>-</u>	<u>-</u>

(c) Reservas de lucro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva legal (i)	14.334	11.761
Reserva de retenção de lucros (ii)	183.736	105.747
Reserva especial de dividendo não distribuído (iii)	4.985	18.364
Reserva especial de lucros a realizar	-	61.342
	<u>203.055</u>	<u>197.214</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva especial de dividendo não distribuído

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída foi destinada à constituição de reserva especial, a fim de subsidiar novos investimentos em reforços e o cumprimento das obrigações.

19 Receita operacional líquida

19.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 8)	1.403	2.421
Operação e Manutenção (a) (nota 8)	9.703	9.016
Receita de remuneração dos ativos de concessão (b) (nota 8)	<u>55.632</u>	<u>50.963</u>
Total da receita bruta	<u>66.738</u>	<u>62.400</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	41	(1.839)
PIS	9	(399)
	<u>50</u>	<u>(2.238)</u>
Encargos regulatórios		
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.362)	(1.640)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(567)	(546)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	<u>(212)</u>	<u>(218)</u>
	<u>(2.141)</u>	<u>(2.404)</u>
	<u>64.647</u>	<u>57.758</u>

(a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita financeira é reconhecida pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração, componente financeiro dos investimentos de transmissão, estabelecida no início de cada projeto e varia entre 6,6% e 8,4%.

19.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A primeira revisão tarifária periódica da Companhia foi definida por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.755 e nº 1.762 de 24 de junho e 09 de julho de 2014, respectivamente, e pelo Despacho nº 1.816 de 02 de junho de 2015 reduzindo a RAP em 4,6%, para o contrato 018/2008, em 5,4% para o contrato 012/2008 e em 5,4% para o contrato 015/2008, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

Quanto ao contrato 021/2011, passou por sua primeira RTP em julho/17, no qual sua RAP foi reduzida em 9,44%, de acordo com o disposto na Resolução Homologatória nº 2.257, de 20 de junho de 2017.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

19.3 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) nº 782/2017, atualizou a REN nº 729/2016, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

19.4 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.408, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Companhia (contratos nº 012/2008, 015/2008, 018/2008, 021/2011), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$56.390 em 01 de julho de 2017, passou para R\$53.977 em 01 de julho de 2018, apresentando um queda de R\$2.413, equivalente a (4,3%).

A Receita Total da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2018 até 30 de junho de 2019 apresenta a seguinte composição:

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Contrato de concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
012/2008	6	9.129	(797)	977	1.376	58	10.749
015/2008	14.625	17.331	(1.813)	4.295	424	(39)	34.823
018/2008	54	4.496	(140)	1.641	54	(44)	6.061
021/2011	-	4.200	(3.397)	-	1.541	-	2.344
	14.685	35.156	(6.147)	6.913	3.395	(25)	53.977

20 Custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	2018			2017
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(2.643)	(1.149)	(3.792)	(4.323)
Serviços	(3.200)	(334)	(3.534)	(3.428)
Materiais	(696)	-	(696)	(2.308)
Arrendamentos e aluguéis	(132)	(19)	(151)	(242)
Depreciação	-	(258)	(258)	(257)
Outros	(33)	(264)	(297)	(383)
	(6.704)	(2.024)	(8.728)	(10.941)

Dos custos demonstrados acima, os custos de infraestrutura, totalizaram R\$1.351 em 2018 (R\$2.331 em 2017). A respectiva receita de infraestrutura, demonstrada na nota 19.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

21 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	851	1.038
Descontos obtidos	15	13
Outras	19	14
	<u>885</u>	<u>1.065</u>
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(4.907)	(6.030)
Variações monetárias	(44)	(86)
Taxas bancárias/Imposto sobre operações financeiras	(135)	(133)
Outras	(4)	(9)
	<u>(5.090)</u>	<u>(6.258)</u>
	<u>(4.205)</u>	<u>(5.193)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

A Companhia adota o regime de lucro presumido trimestral.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de serviços	66.738	62.400
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	5.975	5.582
Outras receitas	885	1.065
	<u>6.860</u>	<u>6.647</u>
Base de cálculo CSLL	6.860	6.647
IRPJ e CSLL	(2.332)	(2.260)
Outros (*)	2.078	34
	<u>(254)</u>	<u>(2.226)</u>
Despesa com IRPJ e CSLL	(254)	(2.226)
Corrente	(2.229)	(2.146)
Diferido	1.975	(80)
	<u>(254)</u>	<u>(2.226)</u>

(*) Revisão das alíquotas dos impostos diferidos conforme expectativa de realização.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$18.207 (R\$20.843 em 2017) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento.

23 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2018	2017	2018	2017
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo (*)	Administração	-	-	(47)	(57)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	ISA CTEEP	(571)	(3)	(234)	(46)
Prestação de serviços	ISA CTEEP	(103)	(43)	(1.532)	(1.343)

(*) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia.

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e o grupo ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

24 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros			
<u>Valor justo através do resultado</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.982	2.251
Aplicações financeiras	2	4.095	870
Caixa restrito	2	5.704	6.008
<u>Custo amortizado</u>			
Contas a Receber – Serviços de O&M	-	2.305	5.475
Contas a Receber – Serviços de implementação da infraestrutura (*)	-	-	564.288
Contas a Receber – Ativo Financeiro Indenização (*)	3	-	42.192
Ativo Contratual	-	590.511	-
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	20.372	21.663
Não circulante	-	40.445	55.105
Fornecedores	-	1.090	1.201

(*) Após adoção do CPC 47, estes ativos passaram a ser classificados como ativo contratual.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	20.372	21.663
Não circulante	<u>40.445</u>	<u>55.105</u>
Dívida total	60.817	76.768
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>6.077</u>	<u>3.121</u>
Dívida líquida	54.740	73.647
Patrimônio líquido	503.965	498.124
Índice de endividamento líquido	10,9%	14,8%

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) apurados com base nos índices de endividamento (nota 12). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 19.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 12).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de: suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

Pinheiros – Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

25 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/18 a 19/12/19	224.313	150
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/18 a 19/12/19	50.000(*)	-
			<u>150</u>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** – Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Interligação Elétrica Pinheiros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP